



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 181305 - SP (2021/0229541-7)

**RELATORA** : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**SUSCITANTE** : CAMBRAIA E ROSA COMERCIO DE VEICULOS E SERVICOS  
LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL  
**ADVOGADOS** : JOEL LUIS THOMAZ BASTOS - SP122443  
IVO WAISBERG - SP146176  
LUIZ JOSÉ MARTINS SERVANTES E OUTRO(S) - SP242217  
BRUNO KURZWEIL DE OLIVEIRA - SP248704  
**SUSCITADO** : JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FALÊNCIAS E  
RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL CÍVEL DE  
SÃO PAULO - SP  
**SUSCITADO** : JUÍZO DA 2ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE - RS  
**SUSCITADO** : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
**INTERES.** : SERGIO RONALD OLIVEIRA  
**ADVOGADOS** : JIVAGO AUGUSTO ELY TEMES - RS055144  
GERSON ISERHARD NAGEL - RS071064

### DECISÃO

Cuida-se de conflito de competência com pedido liminar suscitado por CAMBRAIA E ROSA COMÉRCIO DE VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA, em recuperação judicial, em que aponta como suscitados o JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO (SP), o JUÍZO DA 2ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE (RS) e o TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO.

A suscitante aduz que, juntamente com as demais empresas do Grupo SHC, em 5/11/2018, ajuizou pedido de recuperação judicial, que foi deferido pelo JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO (SP) com a determinação de suspensão de todas as execuções promovidas em seu desfavor (fls. 66-74).

Afirma, ainda, que, a despeito do deferimento de sua recuperação judicial, o JUÍZO DA 2ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE (RS), nos autos da reclamação trabalhista n. 0020720-24.2015.5.04.0002, ajuizada por Sergio Ronald Oliveira, determinou o prosseguimento da execução com determinação de busca de valores para constrição via sistemas Sisbajud e Renajud. O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, por sua vez, indeferiu o requerimento da suscitante de devolução dos depósitos recursais, na mesma ação trabalhista (fls. 76-80 e 82).

Defende a competência do Juízo da recuperação judicial para deliberar sobre seu patrimônio e autorizar o pagamento de créditos inegavelmente concursais.

Postula, a concessão de tutela de urgência, a fim de que "sejam imediatamente suspensos os efeitos das r. decisões proferidas pelos MM. Juízos suscitados da 2ª Vara do Trabalho de Porto Alegre/RS e da 8ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, nos autos do processo nº 0020720-24.2015.5.04.0002, no qual se litiga com Sergio Ronald Oliveira, e desfeitas todas as

determinações de prosseguimento de execução e liberação dos depósitos recursais realizados pela Suscitante, com a sua transferência para as contas da Suscitante ou, subsidiariamente, para conta vinculada ao MM. Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo/SP." (fl. 15).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, os atos de execução dos créditos individuais promovidos contra empresas falidas ou em recuperação judicial, bem como quaisquer outros atos judiciais que envolvam o patrimônio das referidas empresas, tanto sob a égide do Decreto-Lei n. 7.661/1945 quanto da Lei n. 11.101/2005, devem ser realizados pelo Juízo universal.

O art. 6º, incisos II e III, da Lei n. 11.101/2005, com a redação dada pela Lei n. 14.112/2020, reforça esse entendimento, porquanto determina que a decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial implica a suspensão das execuções ajuizadas contra o devedor relativas a créditos ou obrigações sujeitos à recuperação judicial ou à falência, bem como a proibição de qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens do devedor, oriunda de demandas judiciais ou extrajudiciais cujos créditos ou obrigações sujeitem-se à recuperação judicial ou à falência.

Também estão sujeitas a esse Juízo quaisquer deliberações acerca de valores relativos a depósitos recursais existentes em reclamações trabalhistas, ainda que efetivados anteriormente à decretação da falência ou ao deferimento da recuperação judicial.

Mesmo em relação aos créditos não sujeitos à recuperação judicial, é competente o Juízo da recuperação judicial para determinar a suspensão dos atos de constrição que recaiam sobre bens de capital essenciais à manutenção da atividade empresarial durante o prazo de suspensão previsto no art. 6º, § 4º, que será implementada mediante a cooperação jurisdicional. Isso é o que dispõe o art. 6º, § 7º-A, da Lei n. 11.101/2005 com a redação dada pela Lei n. 14.112/2020.

Confirmam-se os seguintes precedentes:

**AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. LIMINAR DEFERIDA. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO TRABALHISTA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. JUSTIÇA LABORAL. DEPÓSITO RECURSAL REALIZADO ANTES DO DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO. RETENÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL. ART. 76 DA LEI N. 11.101/2005. 1. Os atos de execução dos créditos individuais e fiscais promovidos contra empresas falidas ou em recuperação judicial, tanto sob a égide do Decreto-Lei n. 7.661/45 quanto da Lei n. 11.101/2005, devem ser realizados pelo Juízo universal. Inteligência do art. 76 da Lei n. 11.101/2005. Precedentes. 2. A decretação da falência carrega ao juízo universal da falência a competência para distribuir o patrimônio da massa falida aos credores conforme as regras concursais da lei falimentar, inclusive, decidir acerca do destino dos depósitos recursais feitos no curso da reclamação trabalhista, ainda que anteriores à decretação da falência (CC 101.477/SP, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 09/12/2009, DJe 12/05/2010). 3. É da competência do juízo da recuperação a execução de créditos líquidos apurados em outros órgãos judiciais, inclusive a destinação dos depósitos recursais feitos no âmbito do processo do trabalho (CC 162.769/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/06/2020, DJe 30/06/2020). 4. Agravo interno não provido. (AgInt no CC**

**AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO - DECISÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO - PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO EM FACE DE EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL - COMANDO QUE AFRONTA DECISÃO DO STJ ADOTADA NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA N.º 152.434/MG - RECLAMAÇÃO JULGADA PROCEDENTE. INSURGÊNCIA DA AGRAVANTE.** 1. Consoante a jurisprudência desta eg. Corte Superior, o ajuizamento da reclamação, que constitui medida correicional, pressupõe a existência de um comando positivo desta Corte Superior cuja eficácia deva ser assegurada, protegida e conservada. (ut Rcl 2784/SP, 2ª Seção, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ 22/05/2009) 2. Iniciada a recuperação judicial, é mister que os atos constritivos aos ativos da sociedade sejam submetidos ao Juízo Recuperacional, sob pena de esvaziamento dos propósitos da recuperação. Precedentes da Segunda Seção. 2.1. As decisões proferidas pela Justiça do Trabalho que determinaram o prosseguimento da execução trabalhista implicaram, de fato, em ofensa à autoridade do julgado desta Corte, a ensejar o acolhimento da reclamação. 3. Agravo interno desprovido. (AgInt na Rcl n. 35.032/MG, relator Ministro Marco Buzzi, Segunda Seção, DJe de 4/12/2020.)

**AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. AÇÃO TRABALHISTA. DEPÓSITOS RECURSAIS.** 1. Após o deferimento da recuperação judicial, é do juízo de falências e recuperação judicial a competência para o prosseguimento dos atos de execução relacionados a reclamações trabalhistas movidas contra a empresa recuperanda. 2. Ao Juízo recuperacional compete, inclusive, deliberar sobre os depósitos recursais constantes de ações trabalhistas, ainda que realizados anteriormente ao pedido de recuperação. Precedentes. 3. Agravo interno não provido. (AgInt no CC n. 163.175/GO, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Segunda Seção, DJe de 9/12/2020.) Ressalte-se que esta Corte Superior mitiga a aplicação do art. 6º, § 4º, da Lei n. 11.101/2005, que assegura aos credores o direito de prosseguir em suas execuções individuais após o transcurso do prazo de 180 dias a partir da data em que deferido o processamento da recuperação judicial, por entender que sua aplicação "se mostra de difícil conciliação com o escopo maior de implementação do plano de recuperação da empresa" (CC n. 176.778/SP, Ministro Marco Aurélio Bellizze, DJe de 18/12/2020).

Nesse sentido, veja-se: "O entendimento desta Corte preconiza que, via de regra, deferido o processamento ou, posteriormente, aprovado o plano de recuperação judicial, é incabível a retomada automática das execuções individuais, mesmo após decorrido o prazo de 180 dias previsto no art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/2005." (AgRg no CC n. 130.138/GO, relator Ministro Raul Araújo, Segunda Seção, DJe de 21/11/2013.)

Observa-se, por fim, a existência de precedente do STJ relativo a caso semelhante ao destes autos, em que é suscitante a empresa Cambraia e Rosa

Comércio de Veículos e Serviços Ltda., no qual a Ministra relatora, Nancy Andrighi reconheceu a competência do juízo da recuperação judicial (CC n. 179.388/SP, DJe de 23/6/2021).

Verifica-se, portanto, a presença do *fumus boni iuris* relativo ao pedido de suspensão da execução trabalhista.

O *periculum in mora*, por sua vez, está demonstrado com relação ao Juízo da 2a. Vara do Trabalho de Porto Alegre que determinou o prosseguimento da execução com penhora de valores e bens por meio de decisões proferidas entre janeiro e julho de 2021 (fls. 76-80).

O acórdão do TRT da 4a. Região data de TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4a. REGIÃO data de 16/5/2019 e, por isso, ausente o perigo da demora, pois não há demonstração de iminência de ato constrictivo (fls. 81-90).

Ante o exposto, defiro parcialmente o pedido de liminar para suspender, até ulterior deliberação do relator, os atos executórios promovidos pelo JUÍZO DA 2a. VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE (RS), nos autos da reclamação trabalhista n. n. 0020720-24.2015.5.04.0002, ajuizada por Sergio Ronald Oliveira.

Designo, por conseguinte, o Juízo de Direito da 2a. Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central de São Paulo (SP) para decidir, em caráter provisório, as medidas urgentes.

Comunique-se com urgência aos Juízos suscitados para que prestem as devidas informações no prazo de 10 dias, nos termos do art. 197 do RISTJ.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal pelo prazo de 15 dias (art. 198 do RISTJ).

Em seguida, encaminhem-se os autos ao relator.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência